

JOSÉ NÊUMANNE

Casas de tolerância

Q ESTADO DE SÃO PAULO



A televisão ganha rios de dinheiro incentivando a violência e banalizando o ato sexual

Pesquisa do Ministério da Saúde, divulgada semana passada, detectou que 69% dos brasileiros entre 16 e 65 anos têm conhecimento de que o uso de preservativos é a única forma confiável de combater a disseminação da aids, mas 76% se recusam a usá-los. Das duas uma: ou no Brasil vive uma população, em geral, estúpida ou somos uma raça de suicidas. Correto?

Errado! O brasileiro não é coletivamente tão burro como a estatística pode levar a crer nem desprovido do instinto da sobrevivência, natural e dominante no ser humano. Uma explicação mais plausível para o fenômeno detectado pela pesquisa é o assustador crescimento, neste país, de uma perniciosa cultura da tolerância autorizada.

Pode ser que essa cultura tenha raízes históricas. Afinal, não conviveu este país com o opróbrio da escravidão até depois de nenhum outro povo civilizado no planeta admiti-lo como possível? Reler Gilberto Freyre e, sobretudo, Joaquim Nabuco pode ser uma boa pista para chegar à essência dessas raízes. Só que essa explicação é cômoda, mas não suficiente. Mais do que uma marca indelével no caráter de nosso povo, a permissividade tornou-se, nestes tristes trópicos, uma oportuna desculpa para a incompetência gerencial dos gestores dos negócios públicos, de um lado, e, de outro, um negócio da China. O noticiário recente tem dado exemplos de como ocorrem esses males.

Numa atitude coerente com seu passado de militante dos direitos humanos, o mi-

nistro da Justiça, José Carlos Dias, lidera uma cruzada humanitária para desafogar as celas promíscuas dos presídios brasileiros. Para fazê-lo acena para um indulto de Natal pouco seletivo e com uma reforma da legislação penal que livraria da cadeia infratores do trânsito, criminosos de colarinho-branco e ladrões

de galinha, evitando que seu convívio com os bandidões – seqüestradores, traficantes e assassinos seriais – agrave ainda mais seu prontuário. Argumenta Sua Excelência que essa prática é adotada com sucesso nos países industrializados, representando o último grito da moda penalista. Num país de democracia antiga, onde as leis são cumpridas e os delitos, punidos rotineiramente, não há dúvida que o tal “direito penal mínimo” venha a ser desejável.

Ainda assim, não se deve esquecer que no país mais rico do mundo, os Estados Unidos, se combate o crime não com o afrouxamento da legislação penal, mas com a “tolerância zero”, ou seja, mais rigor. Numa situação como a nossa, em que o maior incentivo ao crime é a impunidade garantida, tirar do criminoso de colarinho-branco a única perspectiva de punição realmente assustadora, afastando essa perspectiva do horizonte, é uma temeridade.

Para um advogado cuja banca é sustentada por suspeitos dessa espécie de crime, como é o caso do ministro, esse tipo de tolerância pode até ser considerado lógico. Do ponto de vista das vítimas da sanha dos bandidões presos ou soltos, revoltadas com a impunidade gozada pelos bandidinhos de gravata, não é sensato assumir tal risco.

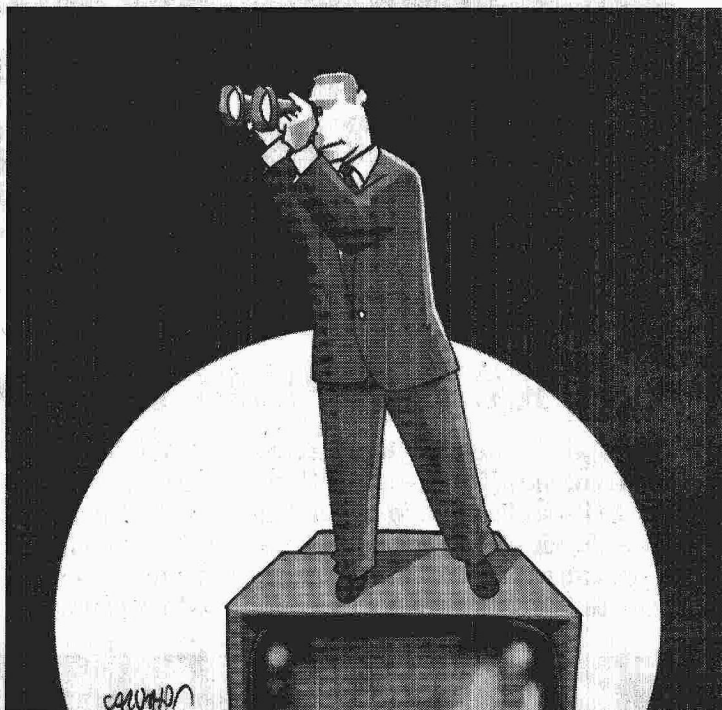
Se o ministro da Justiça quiser mesmo colaborar para reduzir os índices de violência no Brasil, ele vai ter de trocar de rumo e passar a combater, em vez de incentivar, a tolerância. Está convidado, então, a juntar-se ao exército de

Brancaleone dos raríssimos (entre os quais seu colega de governo, o ministro da Saúde, José Serra) homens públicos brasileiros que resolveram denunciar, aí sim, uma das fontes primárias da violência: a falta de limites da programação da televisão.

“Em nenhum país do mundo a TV estimula tanto o sexo quanto no Brasil”, disse Serra. A frase resume bem o problema, como também teria resumido se a palavra sexo fosse trocada por violência. Só que esta é uma luta inglória. Ou melhor, uma guerra terrível. Pois, como advertiu o colunista Roberto Pompeu de Toledo na *Veja*, no Brasil “sexo virou tabu ao contrário”. Ou seja, “tentar conter seus sagrados impulsos é coisa de velho, atrasado, ‘careta’. É repressão. Censura”. Serra teve a coragem de enfrentar essa patrulha dos costumes. Quem mais terá?

Diante do absurdo de a promiscuidade, incentivada pela programação da TV, estar se tornando um grave problema de saúde pública, como mostra a pesquisa do Ministério da Saúde, é preciso ir além. É preciso denunciar que os barões da comunicação estão amealhando fortunas com a deslavada prática do lenocínio autorizado e com a comercialização de cursos práticos de violência ao alcance da mão para jovens incapazes de distinguir o certo do errado e o perigoso do banal.

Serra levantou a fímbria do manto sujo que encobre isso. Avançar, porém, não é fácil, pois nenhum político sem vocação para o suicídio terá a coragem de denunciar, quanto mais combater efetivamente essa atividade. Só que, enquanto o ministro da Justiça brinca de anjo bom dos presídios, a televisão transforma nossos lares em casas de tolerância e escolas do crime.



■ José Nêumanne, jornalista e escritor, é editorialista do Jornal da Tarde